



Organização
Pan-Americana
da Saúde



Organização
Mundial da Saúde
ESCRITÓRIO REGIONAL PARA AS Américas

**18ª Sessão do Subcomitê de Programa,
Orçamento e Administração
do Comitê Executivo**
Washington, D.C., 20 e 21 de março de 2024

SPBA18/FR

21 de março de 2024
Original: inglês

RELATÓRIO FINAL

SUMÁRIO

Página

Abertura da sessão	3
Assuntos relativos ao Regulamento	
Eleição da Mesa Diretora	4
Adoção da agenda.....	4
Assuntos relativos à política de programas	
Esquema do relatório da avaliação de fim do biênio do Orçamento por Programas da OPAS 2022–2023/Segundo relatório provisório da implementação do Plano Estratégico da OPAS 2020–2025.....	4
Colaboração com agentes não estatais	5
Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS	7
Nomeação de um membro para o Comitê de Auditoria da OPAS	8
Assuntos administrativos e financeiros	
Panorama do Relatório Financeiro do Diretor correspondente a 2023	9
Programação do excedente do orçamento	11
Programação do excedente de receita	12
Gestão de recursos humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana	13
Atualização sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital e sobre a implementação do Plano Mestre de Investimentos de Capital	15
Atualização sobre a situação do Centro Latino-Americano de Perinatologia, Saúde da Mulher e Reprodutiva	16
Relatório sobre a taxa cobrada para as compras de provisões de saúde pública para os Estados Membros.....	18
Assuntos de informação geral	
Relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS.....	19
Projeto da agenda provisória para a 174ª Sessão do Comitê Executivo	21
Outros assuntos	22
Encerramento da sessão	22
Anexos	
Anexo A: Agenda	
Anexo B: Lista de documentos	
Anexo C: Lista de participantes	

RELATÓRIO FINAL

1. A 18ª Sessão do Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração do Comitê Executivo da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) foi realizada na sede da OPAS em Washington, D.C., de 20 a 21 de março de 2024. Compareceram à sessão delegados dos seguintes sete membros do Subcomitê, eleitos pelo Comitê Executivo ou indicados pelo Diretor: Argentina, Bahamas, Costa Rica, El Salvador, Equador, Estados Unidos da América e Jamaica. Delegados do Brasil, Canadá, Colômbia, Cuba, Espanha, Guiana, México, Panamá, República Dominicana e Uruguai participaram na qualidade de observadores.

Abertura da sessão

2. O Dr. Jarbas Barbosa da Silva Jr. (Diretor da Repartição Sanitária Pan-Americana) abriu a sessão, dando boas-vindas aos delegados dos membros do Subcomitê e dos Estados que participaram como observadores. Ao destacar alguns dos avanços técnicos da Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA) no ano anterior, o Dr. Barbosa comentou que 2023 fora um ano de transição da resposta de emergência à pandemia para a recuperação pós-pandemia. Assim, a OPAS mudou seu foco, passando da resposta de emergência à COVID-19 para a avaliação e a implementação das lições aprendidas e o fortalecimento das funções essenciais de saúde pública em vários países da Região das Américas. Outros avanços incluíram o lançamento da Aliança para a Atenção Primária à Saúde nas Américas, uma parceria colaborativa com o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento com o objetivo de apoiar os países no desenvolvimento de planos para o setor de saúde com base na atenção primária à saúde e na expansão da cobertura e do acesso aos serviços de saúde; o reposicionamento da Iniciativa de Eliminação da OPAS, centrada na eliminação de mais de 30 doenças até 2030; e a introdução da iniciativa interprogramática Melhor atenção às DNTs: acelerando as ações na atenção primária à saúde, a fim de melhorar o acesso à atenção integral para doenças não transmissíveis na atenção primária e alcançar um maior número de pessoas de populações carentes.

3. Também foram tomadas medidas para reduzir a alta carga de problemas de saúde mental e o aumento das taxas de suicídio na Região, incluindo a implementação da *Estratégia para melhorar a saúde mental e a prevenção do suicídio na Região das Américas*, adotada em setembro de 2023.¹ Para abordar a questão da migração e da mobilidade da força de trabalho em saúde, a RSPA estava ajudando os países a desenvolver ou atualizar políticas nacionais para melhorar a governança da força de trabalho em saúde e o fornecimento de dados para embasar decisões sobre políticas. A Organização continuou a facilitar o acesso às vacinas, além de expandir seu portfólio de vacinas e comprometer-se a reduzir as emissões de carbono associadas à distribuição de vacinas como parte dos esforços para apoiar sistemas de saúde resilientes ao clima e com baixas emissões de carbono.

4. Além do exposto acima e de diversos outros avanços técnicos, a Repartição lançou a iniciativa OPAS Avante² com o objetivo de modernizar políticas, processos e sistemas internos e melhorar a

¹ Ver o Documento CD60/9 e a Resolução CD60.R12 (2023).

² Organização Pan-Americana da Saúde. OPS Adelante. Un enfoque de toda la organización para fortalecer la eficiencia, la transparencia y la rendición de cuentas. Washington, D.C.: OPAS; 2023. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/58585>

eficiência, a transparência e a prestação de contas. A Repartição também havia continuado implementando sua estratégia de recursos humanos, que havia auxiliado na modernização das funções de gestão de recursos humanos. Reconhecendo a contribuição dos recursos humanos da Organização para o progresso alcançado em 2023, o Diretor agradeceu o compromisso e a resiliência da equipe.

Assuntos relativos ao Regulamento

Eleição da Mesa Diretora

5. Foram eleitos os seguintes Estados Membros para constituírem a mesa diretora do Subcomitê na sua 18ª Sessão:

<i>Presidente:</i>	El Salvador	(Dr. Francisco José Alabi Montoya)
<i>Vice-Presidente:</i>	Equador	(Sra. Andrea Terán)
<i>Relatora:</i>	Bahamas	(Dra. Pearl McMillan)

6. O Diretor atuou como Secretário *ex officio*, e a Sra. Mary Lou Valdez (Diretora Adjunta da RSPA), como Secretária Técnica.

Adoção da agenda (Documento SPBA18/1)

7. O Subcomitê aprovou a agenda provisória apresentada pelo Diretor (Documento SPBA18/1) sem alterações. O Subcomitê também aprovou o programa de reuniões.

Assuntos relativos à política de programas

Esquema do relatório da avaliação de fim do biênio do Orçamento por Programas da OPAS 2022–2023/Segundo relatório provisório da implementação do Plano Estratégico da OPAS 2020–2025 (Documento SPBA18/2)

8. O Sr. Rony Maza (Diretor do Departamento de Planejamento, Orçamento e Avaliação da RSPA) apresentou o Documento SPBA18/2, que descrevia a estrutura e o conteúdo propostos para a avaliação de fim de biênio do Orçamento por Programas da OPAS 2022–2023 e o cronograma para a conclusão da avaliação. Ele observou que a avaliação de fim do biênio também serviria como o segundo relatório provisório da implementação do Plano Estratégico da OPAS 2020–2025. A avaliação ofereceria uma oportunidade crucial para que a Repartição e os Estados Membros fizessem um balanço coletivo das lições aprendidas no contexto da pandemia de COVID-19 e identificassem áreas onde seria possível acelerar o progresso e preencher lacunas. Ela também serviria para guiar as intervenções durante o atual biênio 2024–2025, que seria o biênio final para concluir a implementação do Plano Estratégico 2020–2025.

9. Ao resumir alguns dos achados preliminares da avaliação, o Sr. Maza informou que 20% dos indicadores de impacto estabelecidos no Plano Estratégico 2020–2025 haviam sido alcançados ou estavam em vias de serem alcançados, ao passo que 69% estavam ameaçados, em parte devido aos impactos da pandemia de COVID-19, embora não totalmente. Ele ressaltou que a concretização das

metas de impacto dependia da implementação de ações em nível nacional. Não havia dados disponíveis para 11% dos indicadores de impacto, o que destacava uma importante lição aprendida com o atual Plano Estratégico. No próximo Plano Estratégico, seria importante adotar indicadores realistas e mensuráveis. Quanto aos resultados intermediários, 63% dos indicadores estavam no rumo certo ou haviam sido alcançados, 12% estavam ameaçados e 25% não haviam apresentado progresso. Quanto aos indicadores de resultados imediatos, 83% haviam sido alcançados de forma total ou parcial, 16% não haviam sido alcançados e 1% não foi classificado. O Sr. Maza informou que o nível geral de implementação do Orçamento por Programas 2022–2023 havia sido de 96%, em comparação com 92% para o biênio 2020–2021. Esse nível de implementação havia sido alcançado apesar dos desafios de financiamento advindos do atraso no recebimento das contribuições fixas. O Sr. Maza destacou que a Repartição estava analisando os motivos da falta de progresso em certas áreas e apresentaria informações mais detalhadas no relatório a ser apresentado ao Comitê Executivo em sua 174ª Sessão, em junho de 2024.

10. Durante a discussão do relatório pelo Subcomitê, os delegados reconheceram a importância da avaliação de fim de biênio como uma ferramenta fundamental para garantir a transparência e a prestação de contas, bem como para demonstrar avanços e identificar áreas a serem melhoradas. Eles reafirmaram o compromisso de seus governos de colaborar com a Repartição para realizar a avaliação e analisar os ganhos em saúde, as lacunas e as lições aprendidas. Os delegados também destacaram a importância de monitoramento e avaliação contínuos em nível nacional e regional a fim de identificar e abordar desafios de saúde pública, principalmente no contexto pós-pandemia. A Repartição foi instada a aprimorar seus mecanismos de monitoramento e avaliação com vistas a melhorar a alocação de recursos e a efetividade do programa. Também se solicitou à Repartição que o relatório de avaliação final fosse preparado e distribuído assim que possível.

11. O Sr. Maza agradeceu aos delegados por terem reconhecido a importância da avaliação como uma ferramenta de transparência e prestação de contas e pelo seu compromisso de colaborar com a Repartição para fazer a avaliação conjunta. Ele assegurou aos Estados Membros que a Repartição prestaria toda a assistência necessária e garantiria que o relatório final fosse produzido em tempo hábil.

12. O Diretor afirmou que o relatório final seria apresentado ao Conselho Diretor em setembro de 2024, e que uma versão quase definitiva estaria disponível para a sessão de junho do Comitê Executivo. Ele destacou que a Repartição havia realizado uma avaliação rigorosa, cujos resultados estariam refletidos no relatório final, para identificar os desafios de saúde pública enfrentados pela Região e entender de que maneira poderia ajudar os Estados Membros a se recuperarem mais rapidamente dos impactos negativos da pandemia. A avaliação destacou algumas lições importantes que deveriam ser levadas em consideração quando a Organização iniciasse o processo de desenvolvimento do próximo Plano Estratégico. Especificamente, seria essencial definir indicadores viáveis que fossem realmente indicativos das prioridades da Região.

13. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Colaboração com agentes não estatais (Documento SPBA18/3)

14. O Dr. Miguel Burnier da Silveira (Assessor Jurídico da RSPA) apresentou o Documento SPBA18/3, que delineava as ações tomadas pela Repartição para implementar o *Quadro de*

Colaboração com Agentes não Estatais (FENSA, na sigla em inglês) em 2023. Ele informou que, para assegurar uma implementação consistente do FENSA na Região, a Repartição revisava e atualizava regularmente suas regras e procedimentos e fornecia orientações e recomendações aos funcionários sobre possíveis colaborações com agentes não estatais. Além disso, continuava a se articular com a Secretaria da Organização Mundial da Saúde (OMS) e com os pontos focais do FENSA em outras regiões para garantir uma implementação coerente do FENSA em âmbito mundial. A Repartição também continuava melhorando a capacitação no FENSA. Um curso de capacitação on-line havia sido lançado em 2023 e estava disponível para todos os funcionários da RSPA. O curso foi elaborado de modo que algumas partes pudessem ser disponibilizadas para uso pelos Estados Membros para guiar a colaboração e gerenciar possíveis riscos e conflitos de interesse com agentes não estatais. O pessoal de várias representações da OPAS/OMS nos países também havia participado de sessões virtuais ou presenciais de capacitação no FENSA.

15. O Dr. Burnier da Silveira destacou que a Repartição colaborava de forma proativa com uma ampla gama de agentes não estatais a fim de apoiar os Estados Membros no cumprimento da missão da Organização. Antes de colaborar com um agente não estatal, a Repartição realizava uma análise minuciosa de *due diligence* e avaliação de riscos, conforme estipulado nas diretrizes do FENSA. Em 2023, a Repartição havia feito mais de 300 avaliações desse tipo, e cerca de 97% das colaborações propostas haviam sido aprovadas. O principal motivo para não colaborar com agentes não estatais haviam sido vínculos com a indústria do tabaco.

16. Na discussão que se seguiu, o Subcomitê elogiou os esforços da Repartição para aumentar o envolvimento com agentes não estatais, observando que essas parcerias contribuíam para melhorar a saúde pública e o bem-estar e para atingir metas globais de saúde. A Repartição foi questionada se havia medidas sendo tomadas para aumentar a eficiência do processo de análise das propostas de colaboração e reduzir o tempo de resposta. Com relação à capacitação, foram reconhecidos os esforços do ponto focal do FENSA e o lançamento do curso on-line. A Repartição foi incentivada a estabelecer indicadores de desempenho para facilitar o monitoramento, a avaliação e a melhoria dos programas de capacitação e para oferecer atualizações sobre os resultados relevantes.

17. Além disso, solicitou-se à Repartição que fornecesse mais detalhes sobre os resultados das reuniões da Rede Mundial do FENSA, especialmente com relação às discussões sobre a implementação eficiente do FENSA. Uma delegada perguntou se a Repartição julgava estar recebendo apoio técnico, assessoria e orientação suficientes da unidade da OMS especializada no FENSA, especialmente no que dizia respeito a colaborações complexas ou de mais alto risco. Foi manifestada preocupação com relação às decisões tomadas pelo Conselho Executivo da OMS em sua 154^a Sessão que poderiam enfraquecer o FENSA. Os Estados Membros foram incentivados a participar das próximas sessões do Conselho Executivo da OMS e de seu Comitê de Programa, Orçamento e Administração e a enfatizar a importância de proteger o FENSA.

18. O Dr. Burnier da Silveira explicou que a Repartição estava trabalhando com a Secretaria da OMS para promover um enfoque coerente para o FENSA. A Repartição estava considerando a possibilidade de estabelecer um comitê de avaliação de propostas do FENSA, como o da OMS, mas estava preocupada com o fato de que esse comitê poderia prolongar o processo de análise. Durante as reuniões da Rede Mundial do FENSA, o ponto focal do FENSA havia compartilhado a experiência da

OPAS com suas análises aceleradas de *due diligence*, nas quais a Repartição havia se baseado em informações publicamente disponíveis em vez da documentação fornecida pelo parceiro externo para verificar prontamente se os requisitos haviam sido cumpridos. A Repartição estava realizando uma avaliação abrangente do processo de análise com o objetivo de melhorar os tempos de resposta sem comprometer o rigor de suas avaliações. Com relação à capacitação, ele informou que a Repartição estava desenvolvendo indicadores e promovendo o curso on-line internamente. Cerca de 250 pessoas haviam feito o curso desde sua criação.

19. A Dra. Rhonda Sealey-Thomas (Subdiretora da RSPA) enfatizou que a colaboração com agentes não estatais era essencial para implementar a agenda de eliminação de doenças do Diretor. Ela acolheu a sugestão de monitorar e avaliar os resultados do programa de capacitação, observando que oportunidades de capacitação eram importantes para garantir que o pessoal da RSPA conseguisse reconhecer conflitos de interesse e colaborar efetivamente com agentes não estatais. Ela informou que, no âmbito da iniciativa OPAS Avante do Diretor, a Repartição estava se esforçando para melhorar a eficiência, inclusive no processo de análise no âmbito do FENSA. A Repartição continuaria trabalhando para superar os desafios e melhorar os processos a fim de apoiar uma colaboração frutífera com agentes não estatais.

20. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS (Documento SPBA18/4)

21. O Sr. Luis Jiménez-McInnis (Diretor do Departamento de Relações Externas, Parcerias e Mobilização de Recursos da RSPA) lembrou que as relações oficiais entre a OPAS e os agentes não estatais se baseavam em um plano trienal de colaboração conjuntamente formulado e acordado pelo agente não estatal e a Repartição. Esses planos trienais estavam estruturados em conformidade com o Plano Estratégico 2020–2025 da OPAS e não podiam ter caráter predominantemente comercial nem fins lucrativos. Ele informou que, durante o período de análise que estava sendo apresentado, havia sido recebido um número recorde de sete solicitações de agentes não estatais que estavam buscando estabelecer relações oficiais com a OPAS. Além disso, 10 agentes não estatais com relações oficiais deveriam passar por sua análise trienal.

22. A Repartição havia analisado as solicitações dos sete agentes não estatais e havia determinado que cumpriam os requisitos do FENSA para o estabelecimento de relações oficiais com a OPAS. Portanto, recomendou que essas solicitações fossem aprovadas. A Repartição também recomendou a continuação das relações com nove dos agentes não estatais que deveriam passar pela análise trienal e convidou o Subcomitê a recomendar que o Comitê Executivo adiasse a decisão sobre a análise da colaboração da OPAS com a Fundação Interamericana do Coração por um ano, a fim de dar mais tempo para que essa organização elaborasse um novo plano de colaboração.

23. O Subcomitê realizou uma reunião a portas fechadas para considerar as recomendações pertinentes a cada agente não estatal. Depois de examinar as informações fornecidas pela Repartição para cada agente, o Subcomitê decidiu recomendar ao Comitê Executivo que aprovasse o estabelecimento de relações oficiais com a OPAS de sete agentes não estatais: Corporate Accountability, Fundação Rockefeller, Medicines for Malaria Venture, PATH, Saúde sem Dano, Task Force for Global Health e Vital Strategies. O Subcomitê também recomendou a continuação das

relações oficiais entre a OPAS e a Action on Smoking and Health, a Aliança Global para o Controle do Tabaco (anteriormente conhecida como Aliança da Convenção-Quadro), a Aliança Nacional de Saúde Hispânica, a Associação Americana de Fonoaudiologia (ASHA), a Campaign for Tobacco-Free Kids, a Federação Latino-Americana da Indústria Farmacêutica, a iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas - América Latina, o Instituto Sabin de Vacinas e a Sociedade Latino-Americana de Nefrologia e Hipertensão. Além disso, recomendou que o Comitê adiasse a decisão sobre a continuação das relações oficiais com a Fundação Interamericana do Coração até 2025.

24. O Presidente anunciou que as recomendações do Subcomitê seriam apresentadas ao Comitê Executivo em sua 174ª Sessão na forma de projeto de resolução.

Nomeação de um membro para o Comitê de Auditoria da OPAS (Documento SPBA18/5)

25. O Dr. Miguel Burnier da Silveira (Assessor Jurídico da RSPA) apresentou um breve panorama dos trabalhos do Comitê de Auditoria e chamou atenção para seus termos de referência, que apareceram como um anexo ao Documento SPBA18/5. Ele observou que, de acordo com esses termos de referência, os três membros do Comitê de Auditoria eram eleitos pelo Comitê Executivo e serviam não mais de dois mandatos completos de três anos cada. Como o mandato de um dos membros terminaria em junho de 2024, seria necessário que o Comitê Executivo nomeasse um novo membro para preencher essa vaga durante sua 174ª sessão, em junho de 2024. Em conformidade com o processo de identificação de candidatos para o Comitê de Auditoria, o Diretor havia atualizado a lista de potenciais candidatos qualificados para preencher as vagas do Comitê de Auditoria e formulado uma lista de pré-selecionados a ser considerada pelo Subcomitê, que foi solicitado a recomendar um candidato ao Comitê Executivo. Observou-se que os documentos pertinentes sobre os candidatos foram distribuídos aos Membros do Subcomitê.

26. Na discussão que se seguiu, foi solicitado à Repartição que fornecesse informações adicionais sobre seu processo de identificação de conflitos de interesse. O Dr. Burnier da Silveira explicou que o Escritório do Assessor Jurídico havia avaliado todas as candidaturas como parte de uma análise interna, e o Escritório de Auditoria Interna havia realizado uma análise separada e independente a fim de assegurar que os candidatos atendiam aos critérios estabelecidos nos termos de referência e não tivessem conflitos de interesse.

27. O Subcomitê decidiu estabelecer um grupo de trabalho, composto pelos delegados de Bahamas, Equador e Estados Unidos da América, para examinar a lista de candidatos proposta pelo Diretor. Em seguida, o Sr. Mr. Lars Spjut (Estados Unidos), presidente do grupo de trabalho, informou que o grupo de trabalho havia avaliado os quatro candidatos propostos com base nos critérios estabelecidos na seção 4 dos termos de referência e havia selecionado cinco fatores essenciais para classificá-los. Cada membro do grupo classificou cada um dos candidatos separadamente; as pontuações foram consolidadas, e a média dos resultados individuais foi calculada. A Sra. Elizabeth J. Folsom havia sido recomendada com unanimidade como a candidata para integrar o Comitê de Auditoria da OPAS.

28. O Diretor ficou satisfeito em observar o número de candidatos qualificados que haviam participado do processo e agradeceu aos membros do grupo de trabalho por sua recomendação.

29. O Subcomitê endossou a recomendação do grupo de trabalho.

Assuntos administrativos e financeiros

Panorama do Relatório Financeiro do Diretor correspondente a 2023 (Documento SPBA18/6)

30. O Sr. Christos Kasapantoniou (Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Financeiros da RSPA) apresentou uma visão geral do relatório financeiro do Diretor correspondente a 2023, observando que as demonstrações financeiras ainda estavam sendo auditadas pelo Auditor Externo da Organização, o Escritório Nacional de Auditoria do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, e que o relatório auditado seria apresentado ao Comitê Executivo em sua 174^a Sessão, em junho de 2024.

31. Destacando as principais tendências com relação a receitas e gastos, ele informou que os números preliminares não auditados mostravam uma receita total consolidada de US\$1255 milhões³ em 2023, em comparação com \$1578 milhões em 2022, uma redução de 20,5% atribuível principalmente a uma diminuição na receita derivada de compras em nome dos Estados Membros, uma consequência esperada da redução da resposta de emergência à pandemia de COVID-19. A arrecadação das contribuições fixas havia melhorado em relação a 2022, passando de \$115,1 milhões para \$139,9 milhões, o que fez com que o saldo não pago no final de 2023 tivesse caído para \$30 milhões. A Repartição agradeceu aos Estados Membros que haviam pagado suas contribuições fixas em tempo hábil. A receita de compras em nome dos Estados Membros havia totalizado \$745,5 milhões, uma redução de 33,1% em relação ao valor de \$1113,8 milhões em 2022. A redução era resultado principalmente de uma diminuição na compra de provisões para a pandemia. As contribuições voluntárias também haviam diminuído em 2023 em relação a 2022, principalmente devido a uma redução nas contribuições para emergências. Essa redução também se devia à desaceleração da resposta à pandemia.

32. Os números preliminares não auditados mostraram que os gastos totais consolidados para 2023 haviam seguido o mesmo padrão das receitas, diminuindo em cerca de 20,5%, de \$1551,6 milhões em 2022 para \$1231,8 milhões em 2023. Como nos anos anteriores, as compras de provisões, principalmente por meio de aquisições em nome dos Estados Membros, haviam representado a maior parcela dos gastos. A responsabilidade pelo seguro-saúde pós-serviço para os funcionários da RSPA havia totalizado \$265,3 milhões em 2023, dos quais \$84,4 milhões estavam financiados. Desde 2010, o primeiro ano em que o passivo do seguro-saúde pós-serviço havia sido informado, após a adoção pela OPAS das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS, na sigla em inglês), o financiamento do passivo havia progressivamente aumentado, passando de 11,7% do total em 2010 para 31,8% em 2023.

33. O Subcomitê recebeu com satisfação as informações fornecidas pelo Sr. Kasapantoniou e espera receber o relatório financeiro completo e auditado. Os delegados elogiaram a Repartição por cumprir seu mandato usando os recursos existentes, apesar da redução da receita, e ficaram

³ A não ser que outra moeda esteja indicada, todos os valores monetários neste documento estão expressos em dólares dos Estados Unidos.

satisfeitos em observar o uso eficaz das contribuições dos Estados Membros para promover as prioridades de saúde pública e produzir resultados tangíveis de saúde para a população da Região. O aumento na arrecadação das contribuições fixas também foi bem-vindo, assim como o aumento da proporção financiada do passivo do seguro-saúde pós-serviço. Foi solicitado à Repartição que fornecesse informações adicionais sobre a fonte de recursos e o plano para financiar esse passivo ao longo do tempo. Os delegados também solicitaram detalhamento dos gastos com provisões e pediram garantias de que as demonstrações financeiras da Organização estavam sendo preparadas de acordo com as IPSAS e o regulamento financeiro da OPAS.

34. O Sr. Kasapantoniou explicou que o financiamento para o passivo do seguro-saúde pós-serviço havia vindo principalmente da receita de investimentos. No entanto, a maior parte do aumento na proporção financiada desde 2010 havia sido resultado de uma gestão cuidadosa dos custos da atenção à saúde e das indenizações do seguro. Nos Estados Unidos, os pedidos de indenização eram gerenciados por um administrador terceirizado, e os funcionários aposentados eram obrigados a se inscrever no Medicare, o sistema governamental de seguro-saúde para pessoas com mais de 65 anos de idade, o que havia ajudado a reduzir os custos.

35. O Diretor acrescentou que a Repartição estava explorando várias opções para reduzir o passivo do seguro-saúde pós-serviço e iria apresentar mais informações aos Estados Membros em breve. Com relação aos gastos com provisões, ele explicou que, durante a pandemia, a Repartição havia adquirido milhões de testes e vacinas contra a COVID-19 para os Estados Membros por meio do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas (Fundo Rotativo) e o do Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública (Fundo Estratégico). Já se esperava uma redução das receitas e dos gastos relacionados a essas compras no período pós-pandemia. O Diretor incentivou todos os Estados Membros a continuar e aumentar suas compras por meio dos fundos rotativos, pois a manutenção de um alto volume de compras permitiria à Repartição negociar melhores preços. Isso seria especialmente importante para permitir que os Estados Membros tivessem acesso a novas vacinas e testes de custo elevado.

36. O Diretor expressou gratidão aos Estados Membros que haviam pagado integralmente suas contribuições fixas, apesar das dificuldades econômicas enfrentadas por muitos países. Ele ressaltou, no entanto, até o final de 2023 ainda havia \$30 milhões não pagos. Embora a Repartição estivesse trabalhando arduamente para dissipar a percepção equivocada de que os países da Região das Américas não precisavam de assistência técnica e financeira e estivesse trabalhando para mobilizar contribuições voluntárias adicionais, a grande maioria dessas contribuições estava destinada a fins específicos. As contribuições fixas e a alocação da OMS para a Região continuavam sendo as principais fontes de financiamento flexível para apoiar o trabalho nas prioridades aprovadas pelos Estados Membros. Ele fez um apelo aos Estados Membros para que continuassem pagando suas contribuições fixas e defendendo uma distribuição equitativa dos fundos da OMS entre suas seis regiões. Nesse sentido, observou que a Região das Américas continuava recebendo a menor parcela dos recursos da OMS e que, além disso, apenas cerca de 60% de sua alocação era financiada. Enquanto isso, outras regiões haviam recebido parcelas maiores, e de modo geral suas alocações foram financiadas em cerca de 80%.

37. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Programação do excedente do orçamento (Documento SPBA18/7)

38. O Sr. Rony Maza (Diretor do Departamento de Planejamento, Orçamento e Avaliação da RSPA) destacou o Artigo 4.6 do Regulamento Financeiro da OPAS, nos termos do qual todo excedente do orçamento deveria ser alocado para o Fundo de Capital de Giro até o nível autorizado. Ele observou que, já que o Fundo de Capital de Giro havia sido totalmente financiado no final de 2023, todo o excedente do orçamento, estimado em \$4,4 milhões, estaria disponível para programas em 2024–2025. Foi proposto que \$3,4 milhões fossem transferidos para o Fundo Mestre de Investimentos de Capital para repor o Fundo Subsidiário de Manutenção e Melhoria de Bens Imóveis, e que \$1 milhão fosse transferido para o Fundo de Emergência para Epidemias da OPAS.

39. Na discussão que se seguiu, foi expressa gratidão à Repartição por sua gestão responsável e transparente das finanças. Os delegados ficaram satisfeitos ao observar que o Fundo de Capital de Giro havia sido totalmente financiado no final de 2023. Houve manifestações de apoio à proposta de aumentar o saldo do Fundo de Emergência para Epidemias da OPAS para \$1,5 milhão a fim de facilitar uma resposta rápida e efetiva da Organização às emergências de saúde. No entanto, dada a experiência recente da Região durante a pandemia de COVID-19, a Repartição foi questionada se esse Fundo poderia precisar de financiamento adicional. Também foi solicitado à Repartição que fornecesse informações adicionais a respeito dos fatores que haviam contribuído para o excedente de \$4,4 milhões e sobre os gastos planejados no âmbito do Fundo Subsidiário de Manutenção e Melhoria de Bens Imóveis.

40. O Sr. Maza disse que o excedente do orçamento proporcionou uma oportunidade para aumentar o saldo do Fundo de Emergência para Epidemias da OPAS para \$1,5 milhão, conforme as recomendações recebidas após uma avaliação externa da resposta da OPAS à COVID-19. Entretanto, ele esclareceu que o Fundo era usado apenas para apoiar a resposta imediata a uma emergência enquanto a Repartição mobilizava recursos adicionais, ou seja, não representava a totalidade do financiamento disponível durante uma emergência de saúde. Ele também explicou que o Fundo Mestre de Investimentos de Capital era usado para financiar reformas nos prédios no âmbito de seu Fundo Subsidiário de Manutenção e Melhoria de Bens Imóveis, cujo objetivo era aumentar a capacidade operacional das representações nos países e do prédio da sede. Embora excedentes orçamentários geralmente fossem o único meio de repor esse Fundo, a Repartição estava trabalhando com a OMS para buscar financiamento adicional para as reformas de edifícios. Ele explicou que o excedente do orçamento se devia ao momento de pagamento das contribuições fixas. As contribuições recebidas em dezembro não haviam chegado a tempo de serem usadas para cumprir os compromissos do orçamento por programas referentes a 2023.

41. Em resposta a perguntas sobre o Fundo de Emergência para Epidemias da OPAS, Dr. Ciro Ugarte (Diretor do Departamento de Emergências de Saúde da RSPA) explicou que o Fundo havia sido criado para abordar os desafios enfrentados pela Repartição na mobilização de recursos a fim de apoiar sua resposta inicial durante a pandemia de COVID-19. Normalmente, uma resposta emergencial inicial exige entre \$100 mil e \$150 mil. Portanto, um aumento no total do Fundo para \$1,5 milhão seria suficiente para atender às necessidades iniciais.

42. O Diretor enfatizou que a Repartição estava comprometida em fortalecer a capacidade de resposta a emergências da Região e observou que 10 cargos seriam criados nas representações nos

países, cujo foco exclusivo seria a prestação de apoio aos Estados Membros para a resposta e preparação para emergências.

43. O Subcomitê endossou a proposta de alocação do excedente do orçamento.

Programação do excedente de receita (Documento SPBA18/8)

44. O Sr. Rony Maza (Diretor do Departamento de Planejamento, Orçamento e Avaliação da RSPA) chamou a atenção para o artigo 4.8 do Regulamento Financeiro da OPAS, segundo o qual qualquer excedente de receita deveria estar disponível para uso em períodos orçamentários subsequentes a fim de cobrir qualquer parte não financiada do Plano Estratégico. O excedente de receita do biênio 2022–2023 foi estimado em \$30,8 milhões. Foi proposta a alocação de \$14,3 milhões para o Fundo Subsidiário de Manutenção e Melhoria de Bens Imóveis do Fundo Mestre de Investimentos de Capital, a fim de concluir a modernização do edifício da sede da OPAS, e \$16,5 milhões para as prioridades programáticas do Orçamento por Programas da OPAS 2024–2025, em especial para dar apoio a áreas temáticas cronicamente subfinanciadas com uma maior demanda por cooperação técnica.

45. Na discussão que se seguiu, a Repartição foi elogiada por sua gestão responsável da receita e seu trabalho para apoiar o cumprimento das prioridades identificadas pelos Estados Membros. Também foi enfatizada a importância do uso de recursos de forma efetiva e eficiente a fim de atingir as metas de saúde da Região. À luz dos esforços da Organização para fortalecer sua presença nos países, a Repartição foi incentivada a considerar a possibilidade de aumentar a alocação de recursos para as representações nos países, principalmente nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, a fim de fortalecer o apoio técnico para ajudar os Estados Membros a aumentar a resiliência e a preparação para futuras crises sanitárias e atingir suas metas nacionais de saúde. Manifestou-se apoio à proposta de alocação do excedente de receita para a reforma do edifício da sede, já que as melhorias na infraestrutura e na tecnologia do edifício melhorariam a capacidade operacional e a eficiência da Organização em longo prazo. No entanto, foram solicitados mais detalhes sobre o plano de melhoria da manutenção e da sustentabilidade do edifício.

46. O Subcomitê acolheu a proposta de alocar recursos para apoiar as prioridades programáticas identificadas pelos Estados Membros e as áreas temáticas com maior demanda de cooperação técnica. Solicitou-se à Repartição que fornecesse informações detalhadas antes da 174ª Sessão do Comitê Executivo sobre quais prioridades programáticas receberiam financiamento; a Repartição foi incentivada a dar prioridade ao fortalecimento da capacidade operacional, à resposta a emergências e à igualdade de acesso à saúde na Região. Também se perguntou à Repartição se outras contas subfinanciadas haviam sido consideradas ao se determinar o destino do excedente de receita. Foram solicitados esclarecimentos sobre se os fundos preencheriam as lacunas financeiras existentes no Orçamento por Programas da OPAS aprovado para o biênio 2024–2025, ou se o orçamento precisaria ser revisado e aumentado; quais fatores haviam causado o excedente excepcionalmente alto do biênio 2022–2023; e se havia previsão de que esses fatores também afetariam o Orçamento por Programas da OPAS 2024–2025. Além disso, o Diretor concordou em fornecer informações adicionais ao Comitê Executivo.

47. O Sr. Maza agradeceu aos Estados Membros por reconhecerem a importância de investir na infraestrutura e nas instalações da Organização e destacou que o excedente de receita proporcionava

uma oportunidade única de fazer tais investimentos, para os quais normalmente não havia financiamento disponível. Ele confirmou que detalhes adicionais sobre as prioridades programáticas a serem priorizadas na alocação de fundos seriam incorporados ao documento a ser apresentado ao Comitê Executivo em junho de 2024. Ele também observou que mais de 80% do aumento no Orçamento por Programas da OPAS 2024–2025 havia sido alocado para o fortalecimento da capacidade dos países. O Sr. Maza esclareceu que o excedente permitiria à Repartição preencher as lacunas de financiamento no orçamento existente e não exigiria revisões, observando que havia sido adotada uma abordagem cautelosa no cálculo do Orçamento por Programas da OPAS 2022–2023, dada as incertezas na época. No entanto, as flutuações do mercado nas taxas de juros e de câmbio excederam as projeções e geraram retornos acima dos esperados, que foram responsáveis pelo excedente de receita. A Repartição continuaria a monitorar os mercados financeiros e a informar os Estados Membros em tempo hábil sobre o impacto das flutuações de mercado no orçamento para 2024–2025.

48. O Diretor, reconhecendo que um excedente de receita tão alto era excepcional, explicou que o excedente de receita seria usado para preencher as lacunas de financiamento existentes no Orçamento por Programas da OPAS 2024–2025, em especial para as áreas temáticas que haviam recebido menos contribuições voluntárias. Ao determinar quais áreas receberiam financiamento, a Repartição havia escolhido as áreas que mais se alinhavam com as prioridades dos Estados Membros e que tinham as maiores lacunas de financiamento. Isso incluía saúde digital e sistemas de informação; integração do sistema de saúde com foco na atenção primária à saúde; preparação e resposta a emergências e desastres; doenças não transmissíveis e fatores de risco para a saúde mental; força de trabalho em saúde; a agenda de eliminação de doenças; e acesso a medicamentos e tecnologias. Com relação a essa última área, o Diretor observou que havia sido criado um novo departamento dentro da Repartição que forneceria cooperação técnica a fim de fortalecer capacidades regulatórias, realizar avaliações de tecnologias em saúde e aumentar a capacidade de produção regional.

49. O Subcomitê endossou essa proposta de uso do excedente esperado de receita.

Gestão de recursos humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana (Documento SPBA18/9)

50. A Dra. Luz Marina Barillas (Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos da RSPA) apresentou uma visão geral do relatório sobre a gestão de recursos humanos, que incluiu uma atualização sobre a implementação da Estratégia para o Pessoal 2.0, a estratégia de recursos humanos da Repartição, inclusive as atividades realizadas no âmbito da iniciativa OPAS Avante. Essa iniciativa incluiu a criação de 39 cargos nas representações nos países como parte dos esforços para fortalecer a presença da Organização nos países e a capacitação de gerentes seniores sobre vieses inconscientes como parte da iniciativa de diversidade, equidade e inclusão da Repartição. O relatório também forneceu informações sobre tendências e estatísticas na dotação de pessoal e sobre casos de supostas irregularidades por parte de funcionários. A Dra. Barillas informou que houve quatro casos em 2023, dois envolvendo funcionários com contrato de prazo fixo e dois envolvendo prestadores de serviços. Três dos indivíduos haviam sido demitidos ou tiveram seus contratos rescindidos e um havia recebido uma advertência por escrito. Destacando as principais estatísticas de pessoal, ela observou que, em geral, as mulheres representavam 61% do pessoal da Repartição, que havia continuado a progredir no sentido da paridade de gênero em cargos superiores, e a proporção de mulheres em cargos P6, D1 e D2 aumentou de 34% para 38% entre 2019 e 2023. A Repartição continuava

trabalhando para aumentar as oportunidades para que as mulheres ascendam a cargos de alto nível, não apenas oferecendo cursos sobre liderança e gestão e outras oportunidades de desenvolvimento profissional, mas também por meio de políticas favoráveis à família, como as relativas à licença parental e ao trabalho remoto.

51. Durante a discussão do relatório pelo Subcomitê, os delegados ressaltaram a contribuição inestimável do pessoal da RSPA para a melhoria da saúde na Região das Américas, elogiando sua dedicação e resiliência, sobretudo em ambientes difíceis no âmbito nacional. O pessoal era considerado o maior patrimônio da Organização, e lembrou-se que muitas histórias de sucesso da OPAS em sua longa existência não teriam sido possíveis sem o compromisso dos funcionários com a saúde pública. Os delegados saudaram a transição bem-sucedida da Repartição da resposta à pandemia para a cooperação técnica pós-pandemia, destacando avanços como a implementação de ambientes de trabalho híbridos e melhorias nos processos de recursos humanos, inclusive a expansão das verificações de antecedentes para novos funcionários e a redução do tempo necessário para preencher vagas. No entanto, considerou-se necessário continuar o trabalho no sentido de simplificar e agilizar o processo de recrutamento.

52. As iniciativas da Repartição para promover o bem-estar do pessoal, inclusive a elaboração de um plano de ação de saúde mental e a contratação de uma conselheira interna, foram bem recebidas. Foi solicitado à Repartição que explicasse como o impacto dos serviços de apoio psicossocial seria monitorado e avaliado. Também foi solicitado que indicasse quais medidas estavam sendo tomadas para aumentar ainda mais o envolvimento do pessoal, uma vez que os resultados da pesquisa de engajamento dos funcionários 2023 revelaram pouco aumento nesse aspecto desde a pesquisa do ano anterior.

53. Os delegados elogiaram o progresso feito em direção à paridade de gênero, mas pediram que continuassem os esforços para aumentar a representação das mulheres nos cargos superiores, especialmente nos níveis P6, D1 e D2. A transparência e a seriedade da Repartição ao lidar com as irregularidades cometidas por funcionários foram elogiadas. Chamou-se a atenção para o fato de que o número de supostas irregularidades havia dobrado entre 2022 e 2023. Embora o aumento não tivesse sido grande em termos absolutos, foi considerado significativo em termos relativos. Solicitou-se que a Repartição comentasse sobre quais fatores poderiam estar causando o aumento. Por fim, chamou-se a atenção para as recomendações contidas no relatório mais recente da Unidade de Inspeção Conjunta das Nações Unidas, que foram consideradas importantes para promover a coerência nas políticas de pessoal, nomenclatura e modalidades de contrato em todo o sistema das Nações Unidas.

54. A Dra. Barillas, reconhecendo que os resultados da pesquisa de engajamento dos funcionários haviam mostrado apenas uma melhora modesta, disse que estavam sendo tomadas medidas para aumentar o envolvimento, como a preparação e implementação de planos de ação, pelos quais os gerentes e o pessoal eram corresponsáveis. Com relação ao impacto da conselheira interna para o pessoal, ela informou que havia sido realizada na OPAS uma pesquisa das Nações Unidas sobre saúde mental e bem-estar dos funcionários com o objetivo de identificar as percepções dos funcionários sobre a efetividade dos serviços e programas de apoio psicossocial e monitorar o progresso nesse sentido. Quanto ao aumento nos casos de irregularidades, ela explicou que pelo menos dois dos casos mencionados no relatório de 2023 sobre gestão de recursos humanos já estavam sendo investigados em 2022 e ressaltou que o número total de casos relatados em 2023 era, portanto, cumulativo. Ela

também observou que o aumento no número de casos denunciados era, em parte, um reflexo da maior disposição do pessoal para denunciar irregularidades, o que, por sua vez, era resultado dos esforços da Repartição para promover uma mudança na cultura organizacional e incentivar essas denúncias. A Dra. Barillas assegurou ao Subcomitê que a Repartição estava ciente das limitações do processo de recrutamento e estava trabalhando para resolvê-las. Esperava-se que a implementação do módulo de recrutamento do Workday (ver o parágrafo 60 adiante) tornasse o processo de recrutamento mais eficiente e melhorasse a experiência do candidato.

55. O Diretor acrescentou que a Repartição estava estabelecendo indicadores-chave de desempenho aplicáveis ao processo de recrutamento com o objetivo de identificar gargalos e agilizar os processos de seleção e recrutamento, além de assegurar que a Repartição pudesse recrutar profissionais com as qualificações e competências necessárias. Ele afirmou a importância de alcançar a paridade de gênero em todos os níveis, mas principalmente nos níveis P6, D1 e D2. Para isso, a Repartição estava procurando oferecer mais oportunidades para as mulheres progredirem na Organização, inclusive oportunidades que lhes permitissem desenvolver habilidades gerenciais. Com relação aos casos de irregularidades, ele observou que houve pelo menos um caso no qual houve atraso na denúncia de assédio que havia ocorrido vários anos antes. Também apontou que o aumento dos casos de irregularidades poderia ser resultado de um maior número de denúncias ou de uma maior capacidade de detectar esses casos. Com relação ao engajamento do pessoal, ele explicou que os gerentes de todos os centros de custo haviam sido solicitados a implementar planos de ação para resolver as questões identificadas pela pesquisa.

56. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Atualização sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital e sobre a implementação do Plano Mestre de Investimentos de Capital (Documento SPBA18/10)

57. A Sra. Kristan Beck (Diretora de Administração da RSPA) apresentou uma atualização sobre a situação do Fundo Mestre de Investimentos de Capital e seus cinco fundos subsidiários, cujos detalhes podem ser consultados no Documento SPBA18/10. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo geral do Fundo Mestre de Investimentos de Capital era de \$3,0 milhões. A Sra. Beck informou que o Fundo Subsidiário de Manutenção e Melhoria de Bens Imóveis havia sido usado principalmente para cobrir despesas relacionadas a reformas do edifício da sede da OPAS e havia sido responsável por quase toda a utilização do Fundo em 2023.

58. A Sra. Beck lembrou que a primeira fase do projeto de reforma, que estava no rumo certo para ser concluída em abril de 2024, havia abordado os problemas mais urgentes identificados durante uma avaliação das condições do imóvel em 2014,⁴ como a renovação das salas de conferências no segundo e no décimo andares e atualizações do sistema de ventilação e do sistema elétrico ultrapassado. A segunda fase, cuja conclusão estava programada para meados de 2025, estava em andamento e se concentraria na atualização das unidades de aquecimento e ar-condicionado do terceiro ao nono andar, na reforma dos banheiros e no reparo do concreto da garagem. A terceira fase envolveria a substituição das janelas de vidro simples para aumentar ainda

⁴ Ver o Documento CE156/24, Rev. 1 (2015).

mais a eficiência energética. A Repartição agradeceu o apoio recebido dos Estados Membros para fazer essas reformas necessárias e pendentes há muito tempo.

59. Na discussão que se seguiu, o Subcomitê acolheu favoravelmente a atualização sobre o projeto de renovação, cujos detalhes ofereciam contexto para os gastos no âmbito do Fundo Mestre de Investimentos de Capital e, portanto, poderiam aumentar o apoio ao projeto. A Repartição foi incentivada a continuar compartilhando atualizações periódicas sobre as reformas, inclusive o custo total estimado para a segunda fase do projeto e os gastos relacionados. Também se perguntou à Repartição se o projeto de reforma exigiria financiamento adicional além dos fundos do orçamento e dos excedentes de receita e se os fundos subsidiários tinham recursos suficientes para atender às necessidades previstas para 2024. Foi sugerido que o Fundo Subsidiário da Estratégia de Recursos Humanos poderia ser usado para fornecer apoio a fim de ajudar os países a alcançarem a cobertura universal de saúde e outras prioridades nacionais de saúde. Foi ressaltado que o saldo do Fundo Mestre de Investimentos de Capital no final de 2023 havia sido menor do que no ano anterior, e que as despesas haviam excedido a receita. Portanto, solicitou-se à Repartição que apresentasse uma proposta de plano de gastos ao Comitê Executivo para promover um uso mais estratégico dos fundos subsidiários.

60. A Sra. Beck confirmou que informações adicionais sobre os gastos propostos no âmbito do Fundo Mestre de Investimentos de Capital e seus fundos subsidiários seriam apresentadas ao Comitê Executivo em junho de 2024. Ela observou que o Fundo Subsidiário da Estratégia de Recursos Humanos seria usado para facilitar as atualizações dos sistemas de tecnologia da informação e os custos relacionados para apoiar o módulo de recrutamento do sistema de gestão de recursos humanos Workday. O custo total previsto para a segunda fase, que teve início em janeiro de 2024, era de \$15,8 milhões. As atualizações a respeito dos gastos seriam compartilhadas em futuras sessões dos Órgãos Diretores. Ela explicou que ainda não havia sido identificada uma fonte de financiamento para as reformas da terceira fase.

61. O Diretor forneceu detalhes sobre as reformas da Representação da OPAS/OMS em Barbados, observando que o Fundo Subsidiário de Manutenção e Melhoria de Bens Imóveis seria usado para financiar outros projetos de reforma de diversas outras representações nos países. Ele também destacou que, para o biênio 2024–2025, haviam sido disponibilizados recursos para apoiar a implementação da Estratégia para o Pessoal 2.0, a estratégia de recursos humanos da Repartição. Parte desse financiamento seria usada para oferecer oportunidades de capacitação para os funcionários.

62. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Atualização sobre a situação do Centro Latino-Americano de Perinatologia, Saúde da Mulher e Reprodutiva (Documento SPBA18/11)

63. O Dr. James Fitzgerald (Diretor do Departamento de Sistemas e Serviços de Saúde da RSPA) lembrou que o Centro Latino-Americano de Perinatologia, nome original do Centro, havia sido criado em 1970 por meio de um acordo entre o Governo do Uruguai, a Universidade da República do Uruguai e a OPAS como um centro de pesquisa acadêmica e ensino superior especializado no manejo clínico da gravidez, do parto e da saúde neonatal. Com o tempo, seu foco mudou para questões de saúde pública e,

a partir de 2005, o Centro assumiu uma função dupla dentro da Organização, como centro especializado da OPAS e unidade técnica descentralizada da RSPA na área de saúde da mulher e reprodutiva.

64. Como a capacidade de perinatologia havia aumentado significativamente na Região e o Centro não atendia às condições de financiamento para continuar operando como centro especializado em um país, conforme estabelecido na *Estratégia para o Futuro dos Centros Pan-Americanos*,^{5a} Repartição propôs o fechamento do centro especializado no Uruguai e a transferência e integração de suas funções como unidade técnica dentro do Departamento de Sistemas e Serviços de Saúde na sede da OPAS. A mudança melhoraria a relação custo-efetividade, reduzindo os custos operacionais em 28%, e fortaleceria a cooperação técnica da Organização em saúde da mulher, materna, neonatal e reprodutiva em toda a Região, alinhando esses esforços com as estratégias da Organização para fortalecer os sistemas de saúde com base na atenção primária à saúde. A Repartição agradeceu ao Governo do Uruguai por sediar o Centro e apoiar seu trabalho por 54 anos.

65. Na discussão que se seguiu, foi manifestado apoio à proposta de fechar o Centro e transferir suas funções para a sede da OPAS. Esperava-se que a mudança facilitasse os esforços de incorporar uma perspectiva de gênero em longo prazo e servisse para integrar melhor a saúde da mulher em todos os aspectos do trabalho da OPAS. A redução significativa dos custos também foi vista com bons olhos. Solicitou-se à Repartição que fornecesse informações adicionais sobre o aumento de 12% nos salários dos quatro profissionais que seriam transferidos do Centro para a sede da OPAS e sobre a fonte do financiamento para cobrir as despesas relacionadas ao fechamento do Centro. Foi expressa gratidão à equipe do Centro pelo seu trabalho em apoio à saúde sexual e reprodutiva e à saúde de mulheres, crianças e adolescentes da Região.

66. O Dr. Fitzgerald afirmou que a mudança permitiria à Repartição incorporar melhor o enfoque de gênero em seu trabalho ao fortalecer sua capacidade de ajudar os Estados Membros a desenvolver políticas integradas para a saúde da mulher, materna e infantil. Ele explicou que o aumento de 12% para os quatro cargos profissionais se devia aos ajustes por lugar de destino para cargos baseados em Washington, D.C., e observou que esses aumentos seriam compensados por reduções em outros custos de pessoal, gerando uma redução geral de custos de cerca de 28%. Ele também esclareceu que o financiamento necessário para fechar o Centro viria de seus próprios fundos.

67. O Diretor lembrou que o Centro havia sido criado em um momento no qual havia necessidade de desenvolver tecnologias, estratégias e programas de capacitação na Região. Entretanto, conforme as capacidades nacionais foram sendo fortalecidas, a função original de muitos dos centros especializados da OPAS estabelecidos havia mais de 50 anos deixou de ser relevante. Embora a mudança fosse reduzir custos, principalmente despesas relacionadas a viagens e despesas gerais, o principal benefício seria facilitar a coordenação com outras unidades técnicas do Departamento de Sistemas e Serviços de Saúde. O Centro já estava fornecendo cooperação técnica crucial para promover o acesso a saúde sexual e reprodutiva e abordar a mortalidade materna, que havia aumentado drasticamente durante a pandemia de COVID-19, atrasando o progresso em 20 anos. Ele agradeceu ao Governo do Uruguai pelo seu apoio ao Centro nos últimos 54 anos.

⁵ Ver o Documento CD46/10 e a Resolução CD46.R6 (2005).

68. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Relatório sobre a taxa cobrada para as compras de provisões de saúde pública para os Estados Membros (Documento SPBA18/12)

69. O Sr. Santiago Cornejo (Gerente Executivo de Fundos Rotativos Regionais da RSPA) apresentou o relatório, observando que, em 2020, o 58º Conselho Diretor havia adotado a Resolução CD58.R4, aprovando por meio dela um aumento de 1,25% para 1,75% no componente administrativo da taxa cobrada nas compras de provisões de saúde pública por meio dos fundos rotativos regionais da Organização, e observando que o Documento SPBA18/12 apresentava o primeiro relatório sobre a implementação dessa resolução. Ele examinou os números apresentados no relatório e as informações sobre as operações dos fundos rotativos regionais, salientando que o aumento das compras durante a pandemia de COVID-19 havia resultado em um aumento excepcional dos recursos financeiros arrecadados do componente administrativo da taxa em 2021 e 2022, mas que não se esperava que esses níveis de recursos financeiros se mantivessem no período pós-pandemia. Ele enfatizou que facilitar o acesso a vacinas e outras provisões essenciais de saúde pública por meio dos fundos rotativos regionais era um componente integral da cooperação técnica da Organização e que, portanto, assegurar a sustentabilidade e a eficiência dos fundos era uma prioridade para a Repartição.

70. Na discussão que se seguiu, os delegados expressaram seu agradecimento pela transparência da Repartição ao informar sobre a arrecadação e o uso das receitas do componente administrativo da taxa cobrada nas compras de provisões de saúde pública para os Estados Membros e por suas estratégias inovadoras de aquisição. Eles elogiaram a liderança e a coordenação da OPAS na prestação de serviços aos Estados Membros por meio dos fundos rotativos regionais, enfatizando o papel dos fundos no fortalecimento dos sistemas de saúde e na garantia de acesso a produtos de qualidade. Os delegados também expressaram forte apoio aos fundos rotativos regionais em si e observaram seu papel crucial para assegurar acesso a medicamentos, vacinas e outros insumos médicos essenciais. Sua importante contribuição para a saúde na Região das Américas também foi destacada. Um delegado observou que os fundos eram o bem mais valioso da Região, e uma delegada observou que os fundos rotativos regionais eram ferramentas poderosas para promover a equidade, a solidariedade e o desenvolvimento sustentável na Região. O investimento de recursos provenientes da taxa cobrada nas compras na criação de oportunidades para promover capacidades regionais de fabricação foi bem recebido. Isso foi considerado essencial para promover a autonomia regional e reduzir a dependência de fornecedores externos, especialmente em tempos de crise. Solicitou-se à Repartição que indicasse se havia medidas ou planos específicos para utilizar os fundos rotativos regionais especificamente para esse fim e se para isso seriam necessárias mudanças no atual quadro normativo que rege os fundos.

71. O Sr. Cornejo agradeceu aos delegados pelo reconhecimento dos esforços da Repartição de aumentar a transparência e a eficiência das operações dos fundos rotativos regionais. Ele concordou que era essencial fortalecê-los a fim de assegurar que os países da Região tivessem acesso adequado a insumos médicos essenciais durante futuras pandemias. Com relação à produção regional, ele assinalou que a Região das Américas havia desenvolvido uma forte capacidade de planejamento da demanda, o que era essencial para assegurar a sustentabilidade da fabricação regional de vacinas, medicamentos e outros insumos de saúde. Ele explicou que a Repartição estava explorando várias maneiras pelas quais os fundos rotativos regionais poderiam contribuir para a promoção da

fabricação regional. Por exemplo, opções para reduzir os custos de produção e assegurar que os produtores regionais pudessem competir em pé de igualdade com produtores de outros lugares estavam sendo analisadas.

72. O Diretor acrescentou que a Repartição planejava apresentar ao Comitê Executivo e ao Conselho Diretor várias propostas de mudanças na gestão dos fundos rotativos regionais, visando facilitar o uso dos fundos para promover a produção regional e permitir maior flexibilidade com relação ao componente não administrativo da taxa sobre as compras.

73. Com relação à produção regional de vacinas e medicamentos, o Diretor observou que, além de desenvolver sua capacidade de planejamento da demanda, os países da Região haviam harmonizado suas leis e regulamentos de modo que não era necessário que os produtores licenciassem seus produtos separadamente em cada país, como ocorria em outras regiões que buscavam promover a produção regional. Essa harmonização regulatória economizava muito tempo e dinheiro. Ele enfatizou a necessidade de assegurar que todos os medicamentos e vacinas produzidos na Região atendam aos mais altos padrões de qualidade e observou, a esse respeito, que vários produtores de vacinas contra a gripe da Região já haviam sido pré-qualificados pela OMS; suas vacinas poderiam, portanto, ser fornecidas por meio do Fundo Rotativo, melhorando a preparação da Região para uma pandemia de influenza. Além disso, os dois centros na Argentina e no Brasil que estavam desenvolvendo a capacidade de produzir vacinas de ácido ribonucleico mensageiro (mRNA) já tinham contratos que garantiam que todas as vacinas produzidas seriam oferecidas por meio do Fundo Rotativo.

74. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Assuntos de informação geral

Relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS (Documento SPBA18/INF/1)

75. O Sr. Rony Maza (Diretor do Departamento de Planejamento, Orçamento e Avaliação da RSPA) apresentou o relatório, que trazia atualizações sobre questões estratégicas de alto nível e oportunidades relacionadas à colaboração da OPAS com a OMS. O relatório se concentrou em questões de liderança e governança e em assuntos relacionados à prestação de contas e transparência. O documento apresentava informações das consultas em andamento sobre questões globais importantes relacionadas a emergências de saúde, inclusive dentro do Grupo de Trabalho para Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (2005) (WGIHR, na sigla em inglês) e do Órgão de Negociação Intergovernamental (INB, na sigla em inglês) encarregado de redigir e negociar um novo instrumento internacional sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias, e destacava o papel fundamental que os Estados Membros da Região estavam desempenhando na formação da futura governança da OMS e da arquitetura mundial de emergências de saúde. O Sr. Maza observou que a Repartição havia continuado a fazer todo o possível para apoiar a participação dos Estados Membros da Região nos diversos processos mundiais. A Repartição também havia apoiado a participação dos Estados Membros nas consultas em andamento sobre o 14º Programa Geral de Trabalho da OMS e o respectivo quadro de resultados e indicadores.

76. O Sr. Maza agradeceu aos Estados Membros da OPAS por sua contínua defesa de uma distribuição mais equitativa dos fundos da OMS entre as diversas regiões. Ele assinalou que a

aprovação pelos Estados Membros de um aumento de 20% nas contribuições fixas da OMS⁶ lhes dava a oportunidade de continuar a defender a distribuição de uma parcela mais justa dos fundos da OMS para abordar a falta crônica de financiamento para programas prioritários na Região das Américas. O aumento das contribuições fixas da OMS também oferecia uma oportunidade de fortalecer a presença essencial previsível da Organização nos países. O Sr. Maza informou que \$20 milhões em fundos da OMS haviam sido alocados à Região para essa finalidade, e que esses recursos seriam usados para preencher postos, o que fortaleceria o conhecimento técnico disponível nas representações nos países.

77. O Subcomitê expressou seu agradecimento à Repartição por seus esforços para facilitar a participação efetiva dos Estados Membros da Região das Américas nos processos de negociação mundial em andamento no INB e no WGIHR. Os esforços da Repartição para manter os Estados Membros informados sobre as várias questões em discussão e ajudar a criar um consenso regional também foram elogiados, bem como seus esforços para assegurar que as perspectivas e prioridades regionais fossem levadas em consideração nas discussões.

78. Foi enfatizado que o novo instrumento e as emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (RSI) precisavam abordar os problemas que haviam surgido e aproveitar as lições aprendidas durante a pandemia de COVID-19, como problemas relacionados ao acesso a vacinas e insumos essenciais de saúde, o compartilhamento de informações e a disseminação de informações falsas e desinformação. Eles também deveriam promover uma abordagem de Saúde Única, fortalecer os sistemas de saúde, melhorar os padrões e a interoperabilidade dos dados, promover a equidade em saúde e aumentar a prestação de contas sobre a prevenção, preparação e resposta a pandemias.

79. Foi manifestada preocupação com o cronograma de negociação e adoção do novo instrumento e das emendas ao RSI. Foi ressaltado que as questões em discussão eram complexas e que era necessário reservar tempo suficiente para consultas multissetoriais em nível nacional.

80. Os delegados acolheram com satisfação o aumento da alocação da OMS para a Região das Américas, mas observaram que a Região continuava recebendo significativamente menos do que outras regiões da OMS. Foi ressaltada a necessidade de continuar defendendo uma distribuição equitativa dos recursos da OMS.

81. A colaboração e a comunicação existentes entre a Repartição e a Secretaria da OMS foram elogiadas, assim como seus esforços para destacar sucessos e melhores práticas regionais. Nesse sentido, esperava-se que a bem-sucedida metodologia de avaliação conjunta da OPAS fosse adotada de forma mais ampla na OMS. Sugeriu-se que os futuros relatórios sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS forneçam orientação técnica sobre as repercussões regionais de processos mundiais relacionados à governança da OMS.

82. O Sr. Maza observou que a OMS havia acrescentado informações da Região das Américas em seus relatórios e indicou que a OPAS continuaria trabalhando para que as informações regionais estivessem mais bem refletidas nos relatórios mundiais. Ele agradeceu aos Estados Membros por seu

⁶ Ver o Documento A75/9 da OMS, a Decisão WHA75(8) (2022) e a Resolução WHA76.1 (2023).

compromisso em assegurar que as melhores práticas regionais e nacionais fossem refletidas nas estruturas estratégicas mundiais e assegurou-lhes que a Repartição continuaria trabalhando para facilitar sua participação nos vários processos de negociação mundial em andamento.

83. O Dr. Ciro Ugarte (Diretor do Departamento de Emergências de Saúde da RSPA), reconhecendo a complexidade das negociações sobre o novo instrumento de prevenção, preparação e resposta a pandemias e as emendas ao RSI, assinalou que a Repartição havia organizado várias consultas regionais, envolvendo não apenas autoridades nacionais de saúde, mas também funcionários de ministérios de Relações Exteriores e de outros setores. Os países da Região haviam adotado uma abordagem construtiva nas negociações e reconhecido a necessidade de se chegar a um consenso. Consequentemente, foi possível chegar a um acordo sobre 12 declarações regionais conjuntas sobre os assuntos em discussão. Ele enfatizou a necessidade de aproveitar o momento e chegar a um acordo sobre o novo instrumento e as emendas ao RSI a fim de garantir que o mundo estivesse preparado para lidar efetivamente com futuras emergências de saúde pública.

84. O Diretor concordou que os Estados Membros tinham uma oportunidade única e histórica de chegar a um acordo sobre o novo instrumento e as emendas ao RSI. Ele manifestou preocupação com a possibilidade de que, caso não se chegasse a um acordo em 2024, a oportunidade seria perdida. A esse respeito, ele lembrou que foi a epidemia de síndrome respiratória aguda grave de 2003 que havia dado o impulso para a adoção do Regulamento Sanitário Internacional (2005). Antes disso, durante muitos anos, havia sido impossível fazer qualquer progresso significativo para atualizar o Regulamento adotado em 1969. Ele afirmou que a Repartição estava pronta para fornecer aos Estados Membros todas as informações e o apoio necessários para que pudessem chegar a um consenso sobre o novo instrumento e as emendas ao RSI.

85. Observou também que a OPAS estava coordenando suas atividades com a OMS em uma ampla gama de áreas. Por exemplo, a Repartição estava ajudando a Secretaria da OMS a implementar o sistema de gestão empresarial Workday.

86. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Projeto da agenda provisória para a 174ª Sessão do Comitê Executivo (Documento SPBA18/INF/2)

87. O Sr. Nicolás Lagomarsino (Assessor Sênior do Escritório dos Órgãos Diretores da RSPA) apresentou o projeto da agenda provisória para a 174ª Sessão do Comitê Executivo, que refletia as revisões realizadas na lista de tópicos examinada durante a 173ª Sessão do Comitê Executivo em setembro de 2023. A agenda incluía diversos temas nos assuntos relativos à política de programas que refletiam pedidos dos Estados Membros de manter o foco em questões estratégicas. Ele observou que a consideração de uma estratégia sobre inteligência epidêmica para fortalecer o alerta precoce de emergências de saúde havia sido acrescentada à lista de tópicos recentemente a pedido dos Estados Membros. A agenda também incluía os temas habituais considerados pelo Comitê Executivo em suas sessões de junho e um conjunto de relatórios finais e de progresso exigidos por resoluções previamente adotadas.

88. Na discussão que se seguiu, alguns delegados elogiaram a inclusão do novo tema referente a uma estratégia de inteligência epidêmica para fortalecer o alerta precoce de emergências de saúde,

observando que a importância de estabelecer tal sistema tinha ficado clara durante a pandemia de COVID-19. No entanto, uma delegada expressou preocupação com o fato de que o número de assuntos relativos à política de programas na agenda havia dobrado desde o ano anterior. A Repartição foi instada a adotar um enfoque estratégico na inclusão dos temas da agenda a serem examinados a fim de melhorar a eficácia e a eficiência das sessões dos Órgãos Diretores.

89. O Sr. Lagomarsino reconheceu a preocupação com o número de temas da agenda a serem discutidos durante a próxima sessão do Comitê Executivo e observou que a Repartição havia tomado medidas nos últimos anos para reduzir esse número. Ele lembrou que a Repartição havia proposto inicialmente cinco assuntos relativos à política de programas para discussão. No entanto, os Estados Membros haviam proposto dois temas adicionais durante a 173ª Sessão do Comitê. A adição do tema de inteligência epidêmica havia sido solicitada depois disso; a Repartição havia examinado a solicitação e decidido incluir o tema em caráter excepcional, dada a importância da questão.

90. O Diretor concordou com a necessidade de ter uma lista gerenciável e estratégica de tópicos para discussão durante as sessões dos Órgãos Diretores e evitar a adoção de estratégias ou de planos de ação sobre tópicos já cobertos pelo Plano Estratégico 2020–2025 ou pela Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018–2030. Ele também indicou que, a fim de assegurar que os Estados Membros participassem da formulação do próximo Plano Estratégico, sua proposta era a inclusão do tema *Roteiro para a elaboração do Plano Estratégico da OPAS 2026–2031* na agenda provisória da 174ª Sessão do Comitê Executivo.

91. O Subcomitê endossou a agenda provisória proposta pelo Diretor.

Outros assuntos

92. Nenhum outro assunto foi discutido durante a 18ª Sessão do Subcomitê.

Encerramento da sessão

93. Após a troca habitual de cortesias, o Presidente deu por encerrada a 18ª Sessão do Subcomitê.

Anexos

EM TESTEMUNHO DO QUE, o Presidente da Décima Oitava Sessão do Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração, Delegado de El Salvador, e o Secretário *ex officio*, Diretor da Repartição Sanitária Pan-Americana, assinam o presente relatório final no idioma espanhol.

FEITO em Washington D.C., Estados Unidos da América, neste vigésimo primeiro dia de março do ano de dois mil e vinte e quatro. O Secretário depositará o documento original assinado nos arquivos da Repartição Sanitária Pan-Americana. Uma vez aprovado pelo Presidente, o relatório final será publicado no site da Organização Pan-Americana da Saúde.

Francisco José Alabi Montoya
Presidente da 18ª Sessão
do Subcomitê de Programa, Orçamento
e Administração
Delegado de El Salvador

Jarbas Barbosa da Silva Jr.
Secretário *ex officio* da 18ª Sessão
do Subcomitê de Programa, Orçamento e
Administração
Diretor da Repartição Sanitária
Pan-Americana

AGENDA

1. ABERTURA DA SESSÃO

2. ASSUNTOS RELATIVOS AO REGULAMENTO

2.1 Eleição da Mesa Diretora

2.2 Adoção da agenda

3. ASSUNTOS RELATIVOS À POLÍTICA DE PROGRAMAS

3.1 Esquema do relatório da avaliação de fim do biênio do Orçamento por Programas da OPAS 2022–2023/Segundo relatório provisório da implementação do Plano Estratégico da OPAS 2020–2025

3.2 Colaboração com agentes não estatais

3.3 Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS

3.4 Nomeação de um membro para o Comitê de Auditoria da OPAS

4. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

4.1 Panorama do Relatório Financeiro do Diretor correspondente a 2023

4.2 Programação do excedente do orçamento

4.3 Programação do excedente de receita

4.4 Gestão de recursos humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana

4.5 Atualização sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital e sobre a implementação do Plano Mestre de Investimentos de Capital

4.6 Atualização sobre a situação do Centro Latino-Americano de Perinatologia, Saúde da Mulher e Reprodutiva

4.7 Relatório sobre a taxa cobrada para as compras de provisões de saúde pública para os Estados Membros

5. ASSUNTOS DE INFORMAÇÃO GERAL

5.1 Relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS

5.2 Projeto de agenda provisória para a 174ª Sessão do Comitê Executivo

6. OUTROS ASSUNTOS

7. ENCERRAMENTO DA SESSÃO

LISTA DE DOCUMENTOS**Documentos de trabalho**

SPBA18/1	Adoção da agenda
SPBA18/2	Esquema do relatório da avaliação de fim do biênio do Orçamento por Programas da OPAS 2022–2023/Segundo relatório provisório da implementação do Plano Estratégico da OPAS 2020–2025
SPBA18/3	Colaboração com agentes não estatais
SPBA18/4	Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS
SPBA18/5	Nomeação de um membro para o Comitê de Auditoria da OPAS
SPBA18/6	Panorama do Relatório Financeiro do Diretor correspondente a 2023
SPBA18/7	Programação do excedente do orçamento
SPBA18/8	Programação do excedente de receita
SPBA18/9	Gestão de recursos humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana
SPBA18/10	Atualização sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital e sobre a implementação do Plano Mestre de Investimentos de Capital
SPBA18/11	Atualização sobre a situação do Centro Latino-Americano de Perinatologia, Saúde da Mulher e Reprodutiva
SPBA18/12	Relatório sobre a taxa cobrada para as compras de provisões de saúde pública para os Estados Membros

Documentos de informação

SPBA18/INF/1	Relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS
SPBA18/INF/2	Projeto de agenda provisória para a 174ª Sessão do Comitê Executivo

**LIST OF PARTICIPANTS/LISTA DE PARTICIPANTES
OFFICERS/MESA DIRECTIVA**

President/Presidente:	Dr. Francisco J. Alabi Montoya (El Salvador)
Vice-President/Vice-Presidente:	Mag. Andrea Terán (Ecuador)
Rapporteur/Relator:	Dr. Pearl McMillan (Bahamas)

MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE/MIEMBROS DEL SUBCOMITÉ

ARGENTINA

Dra. Mariana Vázquez Durand
Directora Nacional de Relaciones
Internacionales
Ministerio de Salud
Buenos Aires

BAHAMAS

Dr. Pearl McMillan
Chief Medical Officer
Ministry of Health and Wellness
Nassau, N.P.

COSTA RICA

Dra. Mary Munive Angermüller
Segunda Vicepresidenta de la
República de Costa Rica
Ministra de Salud
Ministerio de Salud
San José

Excm. Sra. Alejandra Solano Calbaceta
Embajadora, Representante Permanente
de Costa Rica ante la Organización
de los Estados Americanos
Washington, D.C.

Sr. Jorge Antonio Tortós Barquero
Consejero, Representante Alterno
de Costa Rica ante la Organización
de los Estados Americanos
Washington, D.C.

ECUADOR

Mag. Andrea Terán
Coordinadora General de Planificación
y Gestión Estratégica
Ministerio de Salud Pública
Quito

ECUADOR (cont.)

Sr. Marco Ponce
Ministro, Representante Alterno
de Ecuador ante la Organización
de los Estados Americanos
Washington, D.C.

EL SALVADOR

Dr. Francisco José Alabi Montoya
Ministro de Salud
Ministerio de Salud
San Salvador

Dr. Elmer Roberto Bonilla Espinoza
Director de la Oficina de Relaciones
Exteriores y Cooperación en Salud
Ministerio de Salud
San Salvador

Dra. Patricia Guadalupe Medrano Umaña
Colaboradora Técnica Especialista
Ministerio de Salud
San Salvador

Lic. José Rafael Quiñonez Celis
Director de Comunicación Social
e Institucional
Ministerio de Salud
San Salvador

Sr. Bryan Eduardo Cruz García
Camarógrafo
Ministerio de Salud
San Salvador

JAMAICA

Mr. Dunstan Bryan
Permanent Secretary
Ministry of Health and Wellness
Kingston

MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE/MIEMBROS DEL SUBCOMITÉ *(cont.)***JAMAICA** *(cont.)*

Dr. Howard Lynch
Chief Technical Director,
Policy Planning and Development
Ministry of Health and Wellness
Kingston

Dr. Anabelle Jones
Director, Programme Coordination,
Planning and Strategic Initiatives
Ministry of Health and Wellness
Kingston

**UNITED STATES OF AMERICA/
ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA**

Ms. Barbara De Rosa-Joynt
Senior Health Advisor
Office of Economic
and Development Affairs
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Ms. Maya Levine
Director, Multilateral Relations
Office of Global Affairs
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

Ms. Katherine Skarsten
Deputy Director
Office of Economic
and Development Affairs
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Ms. Kimberly Boland
Global Health Officer
Multilateral Relations
Office of Global Affairs
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

**UNITED STATES OF AMERICA/
ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA** *(cont.)*

Ms. Olga Cabello
Senior Advisor and Team Lead
Bureau of Global Health Security
and Diplomacy
Department of State
Washington, D.C.

Mr. Steven Constantinou
Global Health Officer for Americas
Office of Global Affairs
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

Ms. Noa Levin
Program Analyst
Office of Management Policy and
Resources
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Mr. Lars Spjut
Program Analyst
Office of Management Policy and
Resources
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Ms. Mattison Albano
Intern
Office of Management Policy and
Resources
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Ms. Katelyn Hutson
Intern
Office of Management Policy and
Resources
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

**NON-MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE/
OTROS MIEMBROS QUE NO FORMAN PARTE DEL SUBCOMITÉ**

BRAZIL/BRASIL

Sr. Ciro Leal Martins da Cunha
Conselheiro, Representante Alterno
do Brasil junto à Organização
dos Estados Americanos
Washington, D.C.

Sra. Larissa Ferreira da Silva
Segunda Secretária, Representante
Alternata
do Brasil junto à Organização
dos Estados Americanos
Washington, D.C.

Sra. Indira Meira Gonçalves
Assessora Técnica para Assuntos
Multilaterais em Saúde
Ministério da Saúde
Brasília

CANADA/CANADÁ

Dr. Madeleine Bird
Manager
Multilateral Relations Division
Office of International Affairs
for the Health Portfolio
Public Health Agency of Canada
Ottawa

Ms. Jennifer Izaguirre
Senior Policy Analyst
Multilateral Relations Division
Office of International Affairs
for the Health Portfolio
Public Health Agency of Canada
Ottawa

Ms. Heidi Sanchez
Alternate Representative of Canada
to the Organization of American States
Washington, D.C.

COLOMBIA

Lic. Adriana Maldonado
Ministro Plenipotenciario
Misión Permanente de Colombia ante la
Organización de los Estados
Americanos
Washington, D.C.

CUBA

Sr. Asdrual de la Vega González
Segundo Secretario
Embajada de Cuba
Washington, D.C.

**DOMINICAN REPUBLIC/REPÚBLICA
DOMINICANA**

Sra. Melanie Hidalgo
Primera Secretaria, Representante Alternata
de la República Dominicana ante la
Organización de los Estados Americanos
Washington, D.C.

GUYANA

Ms. Asake Qumanda Lee
Second Secretary, Alternate Representative
of Guyana to the Organization
of American States
Washington, D.C.

MEXICO/MÉXICO

Excma. Sra. Luz Elena Baños Rivas
Embajadora, Representante Permanente
de México ante la Organización
de los Estados Americanos
Washington, D.C.

Sra. Socorro Guadalupe Jorge Cholula
Consejera, Representante Alternata
de México ante la Organización
de los Estados Americanos
Washington, D.C.

PANAMA/PANAMÁ

Sra. Maria Fernanda Caballero
Segunda Secretaria, Representante Alternata
de Panamá ante la Organización
de los Estados Americanos
Washington, D.C.

**NON-MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE/
OTROS MIEMBROS QUE NO FORMAN PARTE DEL SUBCOMITÉ (cont.)**

URUGUAY

Sr. Marcelo Posada
Consejero, Representante Alterno
de Uruguay ante la Organización
de los Estados Americanos
Washington, D.C.

OBSERVER STATES/ESTADOS OBSERVADORES

SPAIN/ESPAÑA

Excma. Sra. Dña. Carmen Montón
Embajadora, Observadora Permanente
de España ante la Organización
de los Estados Americanos
Washington, D.C.

SPAIN/ESPAÑA (cont.)

Sra. Eloísa Moreno Rinaldi
Misión de España ante la Organización
de los Estados Americanos
Washington, D.C.

**PAN AMERICAN SANITARY BUREAU/
OFICINA SANITARIA PANAMERICANA**

**Director and Secretary *ex officio* of the
Subcommittee/
Director y Secretario *ex officio* del
Subcomité**

Dr. Jarbas Barbosa da Silva Jr.
Director

**Advisers to the Director/
Asesores del Director**

Ms. Mary Lou Valdez
Deputy Director/Directora Adjunta

Dr. Rhonda Sealey-Thomas
Assistant Director/Subdirectora

**Advisers to the Director/
Asesores del Director (cont.)**

Ms. Kristan Beck
Director of Administration/
Directora de Administración

Dr. Miguel Burnier da Silveira
Legal Counsel, Office of Legal Counsel/
Asesor Jurídico, Oficina de Asesoría Jurídica

Mr. Nicolás Lagomarsino
Senior Advisor, Governing Bodies Office/
Asesor Principal, Oficina de los Cuerpos
Directivos